

Estatísticas parciais: visibilidades seletivas e ilegibilidades nos censos do século XIX

Partial statistics: selectives and illegibilities in 19th-century censuses

Barbara Moraes

Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

A proposta deste artigo é pensar como desaparecimentos estratégicos e visibilidades seletivas se tornaram parte da gestão de dados censitários no Brasil de fins do século XIX e início do século XX. Ao acompanhar registros marginais em fichas censitárias, categorias ambíguas, cortes orçamentários e instituições precárias, o texto investiga os processos de produção de ilegibilidades nos primeiros censos nacionais, de 1872 a 1920. Este trabalho é resultado de uma etnografia com documentos e arquivos em torno dos censos imperiais, realizada a partir de consultas aos acervos do Arquivo Nacional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Senado Federal. Os resultados da pesquisa ressoam debates que vêm pensando como a imprecisão, a ineficiência, a ambiguidade e os erros constituem uma modalidade de gestão dos dados, fazendo parte da própria formulação de modelos estatísticos. Sugere também que essas formas de visibilidade seletiva e ilegibilidades funcionam como mecanismos de arbitragem sobre acessos e direitos, produzindo efeitos na gestão de populações e territórios. Ao deslocar o olhar para as zonas de ilegibilidade e suas condições materiais de produção, o artigo propõe uma reflexão sobre as formas com que o Estado vê e deixa de ver sua população ao fazer uso de dados estatísticos muitas vezes equivocados.

Palavras-chave: Antropologia do Estado, Arquivos e Documentos, Burocracia, Estatísticas Demográficas, Censos.

Recebido em 30 de abril de 2024.

Avaliador A: 20 de maio de 2024.

Avaliador B: 14 de junho de 2024.

Aceito em 17 de julho de 2024.



ABSTRACT

This article examines how strategic disappearances and selective visibilities became embedded in the management of census data in Brazil between the late nineteenth and early twentieth centuries. By tracing marginal annotations in census forms, ambiguous categories, budgetary constraints, and fragile institutions, the text investigates the processes through which illegibilities were produced in the country's early national censuses, from 1872 to 1920. The analysis is grounded in an ethnography of documents and archival materials related to the imperial censuses, based on research conducted at the Brazilian National Archives, the Brazilian Institute of Geography and Statistics, and the Federal Senate. The findings of the study contribute to scholarly debates that understand imprecision, inefficiency, ambiguity, and error not merely as flaws but as forms of data governance embedded in the very design of statistical models. The article further suggests that such forms of selective visibility and illegibility operate as mechanisms for arbitrating access to rights and resources, shaping the governance of populations and territories. By shifting attention to the zones of illegibility and the material conditions that produce them, the article invites reflection on how the state sees—and fails to see—its population through the use of often inaccurate or outdated statistical data.

Keywords: Anthropology of the State, Archives and Documents, Bureaucracy, Demographic Statistics, National Censuses.

INTRODUÇÃO

ADVERTENCIA

Não convem depositar-se inteira confiança nos dados estatísticos, que servirão de base ao presente ensaio, e que apenas se deverá contar com alguma aproximação à verdade. Nem por isso comtudo se deverá ter por absolutamente improficuo este trabalho, pois quando mais não fosse, serviria elle para illustrar as pessoas menos intelligentes, que (mormente em alguns logares centraes) são encarregadas de prestarem as informações, as quaes á vista deste ensaio orientar-se-hão no methodo com que hão de organizar as tabellas, e satisfazer aos quesitos sem as superfluidades que muitas d'essas informações têm até agora contido, e que difficultão, mais do que á primeira vista se cuida, a refusão e organização d'esses trabalhos parciaes (Muller, 1836, s.p.).

A obra do marechal e engenheiro Daniel Pedro Müller, o *Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo*, escrita em 1836 e publicada em 1838, é um documento marco da administração territorial e populacional paulista na passagem da Colônia para o Império. Encomendada pela Assembleia Legislativa, a obra estatística reúne informações sobre a população, infraestrutura e geografia da província, sendo considerado um dos primeiros livros

publicados em São Paulo. A obra é introduzida por uma advertência do autor, em que Müller evidencia a parcialidade dos números por ele compilados e sobre os quais não se deveria depositar inteira confiança. As primeiras tentativas de censos unificados no Brasil do século XIX também foram marcadas por narrativas acerca da inexatidão e da ineficiência dos dados e dos processos censitários em geral, seja pela demora no envio dos boletins de coleta das províncias para a capital, seja pela reunião e organização precária dos dados, seja, ainda, pela morosidade na divulgação dos resultados e pelas lacunas que os documentos finais deixavam em evidência.

O primeiro censo brasileiro, realizado em 1872, foi organizado com o objetivo de centralizar a prática estatística em torno da recém-criada Diretoria Geral de Estatística (DGE)¹, que atuaria coordenando os dados provinciais, como é o caso da obra de Daniel Müller, que apresentavam informações sobre as diversas províncias sem unidades de medida padronizadas², o que dificultava as comparações e reuniões de dados populacionais. Apesar da recorrência decenal prevista para os censos seguintes na legislação de 1872, o segundo censo só iria acontecer em 1890, pós-República, com a Diretoria Geral de Estatística já fragilizada por uma série de cortes orçamentários e redução de pessoal. Embora tenha sido realizado no prazo, o terceiro censo populacional, de 1900, foi cancelado em vista das diversas críticas que recebeu pela deficiência nos dados apresentados, e em 1910 o censo deixou de ser realizado por falta de verbas. Novas coletas só foram acontecer em 1920, já com a adoção da máquina de tabulação utilizada no XIV Censo Americano pelo U.S. Census Bureau.

Os sentimentos recorrentes de frustração com os resultados apresentados pelos primeiros censos populacionais criaram as condições de possibilidade para que arquiteturas administrativas, cada vez mais amplas, fossem edificadas para dar conta da coleta e da sistematização de dados. Nesse sentido, é possível entender a criação da Diretoria Geral de Estatística e da sua comunicação com os presidentes das províncias, comissões censitárias e recenseadores de rua que iriam até as casas portando as listas de família e boletins de coleta a serem preenchidos e enviados para a DGE. Essas diferentes instâncias burocráticas conectavam não apenas os dados reunidos nas províncias à capital, mas também os braços de atuação de um Estado em formação³. Não obstante, as coletas censitárias, ainda que entendidas como resultados parciais,

1 A Diretoria Geral de Estatística (DGE) foi criada pelo Decreto n.º 4676, de 1 de dezembro de 1871 para dar conta das atividades censitárias do Império e funcionava de forma subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Em 1879, foi transformada em uma seção estatística com grande corte orçamentário e só se reestruturou em 1890, nas vésperas do segundo recenseamento, pelo Decreto 113-D, de 1890. Os cortes e reduções da DGE, bem como sua repentina recuperação logo após a ascensão do regime republicano, são objeto de reflexão para alguns autores (Senra, 2006; Camargo, 2015).

2 Sobre as variações locais de medidas e os esforços estatais de padronização, ver Witold Kula (1990).

3 Uma elaboração mais detida sobre o desenvolvimento de estatísticas e a centralização administrativa foi feita por Camargo (2009).

foram fundamentais para a cobrança de impostos territoriais, sobretudo ligados à Lei de Terras, e para o recrutamento militar durante o Império (Botelho, 1998; Saavedra, 2011; Bissigo, 2014; Diniz, 2016; Camargo, 2018).

Apesar do que é posto em visibilidade pelos censos demográficos e que tem sido alvo de debates sob a ótica da legibilidade dos dados (Scott, 1995), os censos também jogam com invisibilidades, precariedades e desaparecimentos estratégicos, que podem ser reunidos em torno da ideia de *parcialidade*. A advertência que abre a obra do marechal Müller nos conta que o trabalho apresentado à Assembleia Legislativa foi considerado, pelo próprio autor do compilado estatístico, um empreendimento “parcial” sobre o qual não se deveria “depositar inteira confiança”. No entanto, mesmo com a sentida imprecisão e inexatidão dos dados, as estatísticas de Daniel Müller cumpriram seu papel em efetivar projetos de grupos da elite paulistana. Um dos casos mencionados por Beier (2015) foi a expropriação de terras indígenas na região de Itapecerica, com o objetivo de estabelecer colônias alemãs. O projeto se fundamentou no argumento de que não havia mais aldeamentos na região, segundo as estatísticas do marechal. Esse dado foi um efeito da ideia de assimilação dos povos indígenas mobilizada pelo autor para incorporá-los a outras categorias populacionais, como a dos “livres”. Assim, o enquadramento das populações indígenas de Itapecerica como pessoas livres nos dados estatísticos acabou por forjar o desaparecimento desses aldeamentos nos registros apresentados, produzindo seus efeitos nas políticas de desapropriação de terras.

O caso dos aldeamentos de Itapecerica é apenas um dos efeitos que a visibilidade seletiva dos dados censitários produz. Os números compilados por Müller operaram como artefatos centrais das políticas provinciais, da mesma forma que os censos demográficos o foram para políticas imperiais mais amplas. A proposta desse artigo é pensar como informações ocultas, ambíguas e instituições precárias fizeram parte dos processos de produção dos primeiros censos nacionais. Essa proposta é inspirada no trabalho de Freire e Castro (2022) ao pensar em crises e precariedades como projetos e tecer diálogos com pesquisas que vêm investigando como a imprecisão, a ineficiência, a ambiguidade e os erros constituem uma modalidade de gestão dos dados (El-Badry, 1961; Scheper-Huges, 1997; Zaloom, 2003; Lampland, 2010; Jerven, 2013). Appadurai (1996), por exemplo, argumenta como os números se tornaram importantes para a administração colonial britânica porque eram parte de uma narrativa de coesão e controle burocrático, e não necessariamente porque eram isentos de erros técnicos. Em *Red Tape*, Gupta (2012) também se pergunta se dados imprecisos são capazes de nos dizer algo sobre as práticas de Estado. Segundo ele, a imprecisão dos dados importa porque, apesar de seus fracos efeitos biopolíticos, ela nos mostra os meios materiais através dos quais as escalas do Estado são continuamente agregadas e mantidas juntas por meio de narrativas e artifícios de produção de coesão. Assim, estendendo os esforços de Scott (1998) em pensar as estatísticas como meio

para a produção de legibilidade da população, assim como suas menções à ilegibilidade como um dos seus efeitos⁴, esse trabalho propõe olhar para práticas de mensuração e classificação censitária a partir das suas ilegibilidades e visibilidades seletivas.

Este é um desdobramento de uma etnografia realizada com documentos e arquivos em torno dos censos do século XIX, durante a pandemia de Covid-19 (Moraes, 2023). Ao longo da pesquisa, explorei etnograficamente a produção de uma memória das práticas estatísticas no Brasil, com interesse em compreender a produção de números públicos produzidos pelo Estado desde suas primeiras elaborações. Para isso, reuni materiais de diversas proveniências, como a coleção de Decretos do Executivo Imperial do Arquivo Nacional, na qual é possível acompanhar a sequência de avisos e legislações do período; as correspondências provinciais da Série Interior — Negócios de Províncias e Estados, também do Arquivo Nacional, onde há uma massiva circulação de correspondências sobre as resistências ao registro civil e ao censo de 1852⁵; as primeiras obras estatísticas disponíveis nas bibliotecas digitais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Senado Federal, e as discussões legislativas sobre os censos registradas nos Anais do Império.

Lidar com esses materiais digitalmente implicou pensar sobre as mediações e efeitos do processo de produzir visibilidade e acesso a certos documentos e narrativas. Esse foi o caso das tabelas estatísticas de Daniel Müller, que abre esse artigo, e que haviam sido digitalizadas com as páginas dobradas (Figura 1), inviabilizando a leitura dos dados. Da mesma forma, tabelas com números populacionais haviam sido disponibilizadas nos acervos digitais em baixa qualidade, tornando os dados, que pareciam primordiais nos compilados estatísticos, em informações opacas, desfocadas e difíceis de ler. Essas formas de ilegibilidade dos números nos documentos se tornaram uma inspiração para o trabalho, transformando empecilhos materiais da pesquisa em possibilidade profícua de reflexão.

4 Scott (1998) menciona diversos casos de ilegibilidade da população ou do território como momentos em que as práticas de mensuração, padronização, classificação do Estado teriam falhado. A ideia de que a gestão bem sucedida dos meios produziria necessariamente uma população legível precisa ser pensada à luz dos usos feitos de estatísticas incorretas, desatualizadas e mal formuladas. Há, ainda, em Scott, uma formulação das ilegibilidades como recurso para a mobilização política que dialoga com o debate da Veena Das (2007) sobre ilegibilidade e assinatura do Estado nas margens.

5 Embora não trate especificamente disso neste artigo, esses levantes foram mobilizações armadas que se disseminaram pela região da Zona da Mata pernambucana e outras províncias do nordeste após a promulgação dos Decretos n.º 797 e n.º 798 de 1851 que organizavam o início do registro civil e a organização do primeiro Censo do Império. Esses decretos foram suspensos em janeiro de 1852. Uma análise mais detalhada desses levantes foi feita em uma publicação para o Arquivo Nacional (Moraes, 2025).

Figura 1. Tabelas estatísticas de Müller

Da Divisão da		
Comarcas.	Termos.	Cidade
1. ^a	1	Bananal %
	2	Arões %
	3	Lorena %
	4	Guaratingua
	5	Cunha.....
	6	Taubaté %
		Pindamonh
		S. Luiz de P
		S. José.
		Jacarehy %
		Parahibuna

De 30 a 40.				De 40 a 50.			
Captivos.		Livres.		Captivos.		Livres.	
MULHERES.	HOMEES.	MULHERES.	HOMEES.	MULHERES.	HOMEES.	MULHERES.	HOMEES.
Freguesia	304	50	514	145	213	41	41
	132	68	66	87	82	31	29
	22	6	5	10	5	4	5
	172	42	23	61	57	39	48
	68	63	31	32	61	27	11
	161	31	43	111	103	26	21
	159	18	19	52	60	12	8
	96	32	29	78	71	26	21
	109	26	20	66	94	13	8
Capell	23	1	1	20	25
	207	334	988	662	771	219	129

Fonte: Muller (1836, anexos).

Apresento três breves momentos em que visibilidades seletivas e ilegibilidades participaram dos processos de produção censitária no século XIX. O primeiro momento trata-se de uma retomada de modelos estatísticos em disputa no período, pensando o lugar das inexatidões e dos erros na constituição das práticas estatísticas. Descrevo, então, uma forma de inscrição de informações censitárias feita nas margens e entre parênteses nos boletins de coleta de 1872 e penso o lugar dos registros marginais no primeiro censo unificado do Império. Por fim, passo por outros casos etnográficos em que os dados censitários foram apresentados como insuficientes ou pouco confiáveis pelos próprios autores dos compilados.

MODELOS ESTATÍSTICOS EM DISPUTA NO SÉCULO XIX

O século XIX foi marcado por uma avalanche de números (Hacking, 1990). Nesse período, com a ascensão do Iluminismo científico, construíram-se as bases para a confiança na objetividade das ciências numéricas a partir do seu distanciamento de práticas consideradas subjetivas (Porter, 1995). Esse processo, no entanto, não se deu sem disputas políticas em torno das maneiras corretas de se usarem as novas ciências da precisão. Embora as estatísticas

dependam da precisão, pelo menos ao nível das operações, e não necessariamente dos resultados (Besson, 1995), alguns trabalhos têm sugerido que a imprecisão, a ineficiência, a ambiguidade e os erros constituem também uma modalidade de gestão dos dados. Ainda que as estatísticas do século XIX sejam marcadas por um interesse crescente na regularidade dos fenômenos de massa, como casamentos, suicídios e crimes, alguns estudos, como os desenvolvidos por Quetelet a respeito do homem médio e seus desvios, apontam para um olhar também direcionado para as variações e os erros (Porter, 1985; Porter, 1986).

É apenas no século XX que a imprecisão das estatísticas se torna uma questão de debate científico, culminando no que Hacking (1990) chamou de uma “erosão do determinismo”, momento no qual a precisão passa a influenciar de forma mais definitiva o desenvolvimento de modelos estatísticos. Portanto, quando trato da imprecisão e da ambiguidade dos dados no século XIX, o objetivo não é tecer uma crítica anacrônica ao impor um parâmetro do século XX, mas compreender o que a imprecisão, os erros e as ambiguidades eram capazes de criar em termos de narrativas, políticas e relações.

Os dados censitários, mais especificamente, começam a ser produzidos pela maior parte dos Estados também em meados do século XIX e têm como marco mundial o Congresso Internacional de Estatística, ocorrido em Bruxelas, em 1853, congresso do qual o Brasil não participou. Apesar de existirem registros de contagens populacionais mais antigos, que remontam ao Império Romano, Starr e Alonso (1987) elencam pelo menos seis aspectos que diferenciam essas contagens dos modernos censos: o registro de toda a população (e não apenas de algumas categorias); a recolha deixa de ser sobre o indivíduo para se tornar o registro de toda a unidade doméstica⁶; a contagem é feita em um período determinado e não de forma contínua; os resultados são publicados; a instituição responsável por desenvolver o censo não é a mesma que aplica a cobrança de impostos e o cumprimento da lei. Na França, algumas tentativas de recenseamento populacional aconteceram já no século XVIII, como mostra Martin (2001). Essas contagens tinham relação com os trabalhos de Jean Bodin (1576) sobre o uso dos censos como um instrumento de polícia e de controle populacional. Já para Starr e Alonso (1987), os censos denominados modernos operariam a partir de uma relação diferente de cooperação entre Estado e população, com suas primeiras ocorrências no Canadá, ainda colônia francesa, em 1665; na Suécia em 1749 e nos Estados Unidos em 1790, responsável por elaborar os primeiros censos periódicos. Embora em sua proposta os autores procurem desvincular os censos da prática de

6 Motta (2019a) pensa justamente a categoria censitária de domicílio como imobilidade das dinâmicas reais de uma casa. Os estudos sociais da quantificação empreendidos pela autora nos mostram como categorias de conformação de realidades propagadas por processos censitários — aqui o domicílio, mas também a categoria de favela como aglomerado subnormal (2019b) — são experienciadas pelas pessoas e contestadas por dinâmicas de comensalidade, cuidado, circulação e transformação das próprias casas por meio de uma série de reformas e arranjos comerciais e de parentesco.

vigilância e controle populacional, o que, para eles, tipificaria as contagens pré-modernas, esse trabalho sugere que, com o desenvolvimento dos dados censitários, novas formas de gestão e controle se tornaram possíveis. A rotinização da prática censitária é um exemplo que ilustra como passamos a viver em paisagens em constante datificação, nas quais a despolitização técnica de problemas sociais se dá através da oclusão de ansiedades e expectativas políticas em práticas tidas como racionais.

O desenvolvimento das estatísticas é íntimo ao desenvolvimento das ciências de governo, como sugere sua primeira aparição como “estadística” ainda no século XVIII, que consiste na prática de reunir informações sobre os Estados, sejam elas qualitativas ou quantitativas (Starr; Alonso, 1987; Foucault, 2008). Depois, com a adoção de certas operações de cálculo aprimoradas por William Petty, a estatística se torna a base da “aritmética política”, atuando como abordagem quantitativa para problemas de políticas públicas, sobretudo direcionadas para renda e comércio. Apesar da relação íntima entre estatística e Estado, explícita na etimologia do termo, a prática de aglutinar números sob a forma de dados têm sido cada vez mais usada como ferramenta de contestação dos dados oficiais, como nos mostra o trabalho de Motta (2019a) sobre práticas de autorrecenseamento em favelas cariocas e sua produção não apenas de números alternativos aos dados censitários, mas também de distintas formas de classificação. Esse é também o caso de Cruz (2022) ao pensar a contra produção de dados temáticos por um laboratório de favela ou a proposta da plataforma Fogo Cruzado⁷ em monitorar tiroteios a partir de dados divulgados pelos próprios moradores das comunidades, para mencionar apenas algumas entre muitas outras iniciativas⁸. Portanto, não se trata de fixar dados estatísticos como inimigos a serem combatidos, mas de descrever os processos através dos quais as práticas numéricas vão sendo incorporadas como práticas de governo e seus efeitos. Assim, números são e têm relações (Day; Lury, 2014), inserindo-se em ecologias nas quais são transformados em dados, escalas, notas e rankings⁹, ganhando autoridade e legitimidade por meio de certas composições numéricas.

Nos trabalhos que se debruçaram sobre o desenvolvimento das estatísticas no século XIX, nos considerados grandes centros de produção de conhecimento como a

7 Para acessar o site: <https://fogocruzado.org.br/>

8 Sheper-Hughes (1997) propõe o que chama de “demografia sem números”, uma articulação possível entre antropologia e demografia a partir da etnografia. Essa reflexão surge dos trabalhos da autora sobre mortalidade infantil em favelas e a debilidade dos dados censitários em retratar a alta probabilidade de perder um filho em certas regiões, assim como as estratégias e nomenclaturas adotadas pelas próprias mães para produzir certo distanciamento dos recém-nascidos.

9 Thévenot (1995) sugere uma elaboração das estatísticas como cadeias de transformações que dialoga com os trabalhos mais recentes de ecologia dos números. Esses trabalhos parecem estar inspirados, sobretudo, em uma perspectiva mais sociotécnica dos arranjos numéricos.

Inglaterra e a Alemanha, é possível ver uma diferença de procedimentos entre a *statistik* alemã e a aritmética política inglesa (Martin, 2001; Santos, 2007), o que nos convida a pensar a influência de práticas científicas no pensamento oitocentista brasileiro, assim como seus limites, adaptações e improvisos. Enquanto o modelo de estatística alemã foi considerado descritivo pela literatura, um conhecimento sintético dos fenômenos que pretendia descrever a morfologia de traços como o clima, a geografia e os recursos naturais, bastante próximo do que foi a escola naturalista para as ciências naturais, a aritmética política inglesa se propunha a ser um método de pensamento. Nesse método, a coleta deveria ser reduzida ao mínimo para se empreender um esforço maior em cálculos e estimativas. Enquanto a *statistik* alemã tinha uma natureza empírica, e até literária, a aritmética política inglesa criou um modo de expressão e pensamento que se consolida através dos números. William Petty, conhecido como um dos fundadores da aritmética política inglesa, ainda no século XVII, descreve sua prática como “um método incomum, que ao invés de simplesmente usar termos e termos em comparação, e meramente destilar argumentos racionais, adota um método que consiste em se expressar em termos de números, pesos e medidas” (Petty, 1690 *apud* Desrosières, 1998, p. 24).

Essas controvérsias entre modelos estatísticos apareceram também na França oitocentista nos debates entre Peuchet e Duvillard (Camargo, 2009), no qual o primeiro defendia a análise simples e sem obscuridade dos fenômenos, e o segundo um empreendimento de descoberta através do raciocínio e do cálculo do que não poderia ser visto imediatamente (Martin, 2001). Desrosières (1998) empreende uma análise rica sobre o desenvolvimento desses modelos estatísticos, e sugere que, apesar de se dizer que as estatísticas inglesas venceram e se tornaram o modelo geral da ciência estatística para o mundo, o procedimento descritivo da *statistik* alemã deu as bases para todo procedimento quantitativo posterior. Foi a *statistik* alemã que cunhou o termo estatística, com Goddfried Anchewall, no século XVIII, e que explorou as primeiras tabelas de cruzamento de dados. A proposta era reunir o conhecimento de forma sintética. A possibilidade de tornar esse conhecimento um resumo de fácil apreensão tinha propósito político e administrativo em uma Alemanha fragmentada em diversos pequenos estados depois da Guerra dos 30 anos. Era preciso, como sugere Desrosières, criar uma espécie de unificação superior, que as tabelas e os cruzamentos de números tornaram possível com suas linhas e colunas, que ora homogeneizavam as unidades em análise e ora as tornavam passíveis de comparação.

O autor defende, ainda, que uma das diferenças fundamentais entre a estatística alemã e a aritmética política inglesa era quem produzia ciência. Na Alemanha, a Escola de Estatística, da Universidade de Göttingen, preparava o corpo de funcionários do Estado. Isso fez com que a *statistik* alemã operasse, segundo Desrosières, do ponto de vista do Estado. Já na Inglaterra, o desenvolvimento de uma classe distinta da monarquia, o Parlamento, que reunia

peças comuns e lordes, criou uma espécie de distanciamento entre a estatística e o governo monárquico. Produzida por *businessmen*, médicos e doutores em ciências, a aritmética política foi vendida à monarquia inglesa. É curioso notar que essa distinta classe inglesa teve acesso apenas aos registros paroquiais, e que qualquer possibilidade de um censo unificado tenha sido banida da Inglaterra durante o século XVIII sob o argumento de que o censo arruinaria a liberdade do povo. Foi a partir de documentos fragmentados e dispersos que a aritmética política inglesa se consolidou. Operar qualquer tipo de cálculo exato da população e do território era pragmaticamente impossível, então se criou um artifício de pensamento, um instrumento que resolvesse a lacuna dos dados não através de mais dados, mas de uma operação lógica: as estimativas.

No Brasil, esses modelos estatísticos foram importados por meio da circulação de bacharéis entre as universidades portuguesas, sobretudo Coimbra, e as casas de decisão legislativa, como o Senado do Império. Aqui ganhou fôlego a ideia de que os dados eram um recurso escasso a ser explorado pelo governo imperial. De forma análoga às viagens encomendadas que pretendiam penetrar regiões pouco conhecidas (Bemerguy, 2019), os dados também penetravam um imaginado vazio informacional. Os relatos de viagem, por um lado, e os compilados estatísticos, de outro, pretendiam suprir a lacuna de conhecimento do governo imperial, cada qual a sua maneira. Enquanto os relatos operavam a partir da primazia do olhar e da reconstituição da experiência de viagem para o leitor, as estatísticas produziam uma espécie de conhecimento sintético por meio de tabelas e inventários numéricos. Com o desenvolvimento de modelos estatísticos e a reunião de dados em grande escala, como os censos, os números passaram progressivamente a falar por si, tornando-se capazes de argumentar e produzir seus próprios vereditos morais. Mas para se tornarem ativas na produção de argumentos próprios e autorais, as estatísticas dependeram de alguns processos de produção de autonomia e anonimato que desvinculavam a prática estatística de seus operadores humanos, conformando propriamente números públicos.

Em seu trabalho sobre o desenvolvimento da racionalidade do cálculo nos séculos XIX e XX, Porter (1986) nos mostra como a objetividade estatística se tratou menos de uma busca por uma apresentação realista dos fenômenos, que se mostrou impraticável desde o início, e mais do efeito da aplicação de um método sancionado através do consenso de uma comunidade de praticantes. A medida certa dependeria, então, não apenas do sistema adotado, mas da disciplina das pessoas envolvidas e da padronização dos instrumentos e dos processos em jogo. Nesses esforços para forjar uma objetividade para as estatísticas, foi preciso consensuar as maneiras corretas de adotá-las. Desroisières (1998) argumenta que foi necessário criar outra relação, para além da representação fidedigna, entre os números e os fenômenos que eles pretendiam exibir, uma vez que as inexatidões e os erros acompanhavam o desenvolvimento

da estatística desde suas primeiras elaborações, sobretudo em suas interações com a teoria das probabilidades. Segundo Besson (1995), a relação das estatísticas com os fenômenos seria mais a de uma apresentação do que a de uma representação. Assim, para o autor, o analista de dados precisaria renunciar à expectativa de que as estatísticas funcionariam como uma fotografia do mundo ou como a visão de um satélite. A visão que as estatísticas proporcionariam em termos de conhecimento, segundo Besson, seria mais parecida com a de uma modelagem, na qual a observação e a interferência do observador têm papel fundamental.

A objetivação estatística consistiria, então, em uma criação ativa de abstrações formadas a partir de particularidades e individualidades, em prol de uma visão mais generalista dos fenômenos, da qual as inexactidões fazem parte e para a qual são necessárias. Como a aglutinação seria indispensável nesse processo, parte das informações necessariamente se perderiam “para se ganhar sentido” (Besson, 1995, p. 36). A ideia de que nas elaborações estatísticas algo sempre se perde é fundamental para pensar o desenvolvimento dos números públicos e seu efeito persuasivo no século XIX, um momento no qual os dados não estão condicionados à veracidade dos resultados apresentados, mas, ainda assim, constituem um dos recursos mais importantes para o desenvolvimento administrativo do Estado¹⁰.

Passo, a seguir, para um caso etnográfico em que os registros no canto das páginas das fichas censitárias se tornaram a categoria mais importante das tabelas populacionais de 1872. Esse caso, já bastante investigado por outros autores, como Bissigo (2014), sugere um lugar central para as inscrições residuais nos documentos, assim como para as práticas de recenseadores e agentes humanos nos processos estatísticos, apesar dos esforços de produção de autonomia para os números.

DAS MARGENS AO CENTRO DO CENSO

É possível ter acesso a três listas de família preenchidas do censo de 1872, que remanesceram em lugares dispersos¹¹. As listas de família eram documentos que abriam as atividades censitárias nas províncias e consistiam em tabelas tipografadas com colunas previamente determinadas a serem preenchidas pelos recenseadores nos domicílios ou entregues

10 Para pensar a centralidade dos censos para os Estados-Nacionais e sua intersecção com outras práticas, como a de mapeamento e colecionismo, ver Anderson (2008).

11 A lista da família Gravatá se encontra disponível na biblioteca do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as demais na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ). Meu contato com elas se deu através do envio de Diego Bissigo das cópias fotografadas por ele, já que elas não permanecem disponíveis para acesso online.

para preenchimento pelo próprio chefe de família¹². Essas listas se transformariam, depois de finalizadas e averiguadas, em tabelas e mapas provinciais encaminhados para a Diretoria Geral de Estatística.

Figura 2. Lista de família - Gravatá, Bahia

Provincia d a Bahia
Município d a Capital
Parochia d a St. M. da Misericórdia
Distrito de Paz

Recenseamento-Geral do Imperio em 1872.
Bahia 17 de Junho de 1872

Quartelão 1900
Logar: Gravatá, no lugar de Gravatá
Rua: Gravatá, da Misericórdia
Casa N.º 3322

LISTA DE FAMÍLIA N.º

(Esta folha deve ser preenchida por cada chefe de família, e entregue ao Recenseador, com a declaração de que os dados são verdadeiros e corretos.)

Número da família	Nome, sobrenome e apelido	Sexo	Idade	Estado	Lugar de nascimento	Racão		Profissão	Religião	Instrução	Condições especiais e observações
						De Branca	De Preta				
1.º	Antônio Gonçalves Gravatá	Branco	72	Casado	St. B. B.						
2.º	Flora Gravatá	Branca	54	Casada	St. B. B.						
3.º	Argentina	Branca	44	Casada	St. B. B.						
4.º	Adão	Branco	14	Casado	St. B. B.						
5.º	Tobias	Branco	13	Casado	St. B. B.						
6.º	Heitor	Branco	12	Casado	St. B. B.						
7.º	Flora	Branca	11	Casada	St. B. B.						
8.º	Adão	Branco	10	Casado	St. B. B.						
9.º	Tobias	Branco	9	Casado	St. B. B.						
10.º	Heitor	Branco	8	Casado	St. B. B.						
11.º	Flora	Branca	7	Casada	St. B. B.						
12.º	Adão	Branco	6	Casado	St. B. B.						
13.º	Tobias	Branco	5	Casado	St. B. B.						
14.º	Heitor	Branco	4	Casado	St. B. B.						
15.º	Hypolito	Branco	3	Casado	St. B. B.						

Recenseador: Antônio Gonçalves Gravatá

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A primeira lista (Figura 2) é a da família de Antônio Gonçalves Gravatá, da Bahia, que lista 14 pessoas em sua casa, duas declaradas brancas - Antônio e sua esposa - e 12 declaradas pretas: Flora, Argentina, Adão, Tobias, Heitor, suas crianças e o pequeno Hypolito, de apenas dez meses, todos negros sem sobrenome. São essas 12 pessoas que, apesar de não terem sobrenome, dispõem de uma coluna extra dedicada à sua “condição”. Essa coluna, nomeada na ficha censitária como “observações e condições especiais”, servia ao preenchimento de informações consideradas relevantes, mas que não eram contempladas pelas categorias oficiais do censo. Abaixo do título eram indicadas as situações as quais o recenseador deveria prestar

12 Uma família consistia, para o governo imperial, em “pessoa livre, que vive só e sobre si, em uma habitação ou parte de habitação, ou um certo número de pessoas que, em razão de relações de parentesco, de subordinação ou de simples dependência, vivem em uma habitação ou parte de habitação, sob o poder, a direção ou a proteção de um chefe, dono ou locatário da habitação e com economia comum” (Decreto n.º 4.676, de 1871. Define a composição familiar. Art. 3, inciso 1).

atenção ao seu preenchimento: indicação de hóspedes, pessoas com deficiência e se as crianças frequentavam a escola ou não. Para a família Gravatá, o senhor Antônio e a dona Luisa Adelaide dispensavam observações extras, já que corporificavam todas as categorias contempladas no boletim. As observações e condições especiais também não foram dedicadas às crianças, que não apenas não frequentavam a escola, como já realizavam serviços domésticos como os outros negros adultos, como consta em sua “profissão”. O que está ali indicado, na última coluna da lista de família, no espaço extra e marginal das fichas censitárias, é se essas 12 pessoas negras eram escravas ou não. Flora é declarada escrava, assim como Argentina e as crianças, indicadas com um “idem” abaixo da indicação de Flora. A exceção é Adão, cujas observações extras contam que “este preto foi liberto com a condição de acompanhar seus senhores até o fim da vida”.

Na lista da família de Rafael Araújo Galvão, do Rio de Janeiro, uma cópia manuscrita do boletim oficial, são listados nove brancos, Rafael, sua esposa, seus filhos e netos. Abaixo a inscrição “agregada” designa Dorothea, entre parênteses (liberta), preta de 75 anos. Em uma nova inscrição, os “criados a jornal”¹³, Maria, Faustina (liberta), Simphorosa, Cesaria (liberta), e abaixo, ainda, os três hóspedes da casa. No campo observações, vemos que Maria e Simphorosa são escravas de outros senhores, e Faustina, parda de sete anos, frequentava a escola. Uma das hóspedes, uma mulher parda de 45 anos, é designada no campo observações extras como escrava do Sr. Joaquim. Também nessa lista, a condição de escravidão aparece como um enxerto às categorias oficiais, no campo adicional de preenchimento ou entre parênteses ao lado dos nomes sem sobrenome. Essas inscrições sugerem um lugar marginal ao regime de escravidão que ganhou sobrevida na década de 1870¹⁴.

No primeiro quadro sistematizado do recenseamento de 1872 (IBGE, 1874), Floras e Dorotheas não existem, se não codificadas sob a forma de números. São 1.510.806 escravizados, 706.636 mulheres, 805.170 homens. Elas compõem, com outros milhares de nomes sem sobrenome, a coluna “condição: escravos”. Os parênteses e notas de canto de página, apesar de marginais nas listas de família, se tornaram uma das categorias centrais dos quadros estatísticos

13 As crianças filhas de mulheres escravizadas eram designadas como “criadas a jornal” quando prestavam serviços domésticos nas casas dos senhores (Telles, 2018).

14 Apesar de marcada por intensos debates e movimentos abolicionistas, a década de 1870 foi também um momento de grandes ambiguidades na aplicação das leis, como sugere Ariza (2018) ao narrar os obstáculos impostos à liberdade das famílias dos “ingênuos”, como a manutenção do cativeiro de mães para que pudessem ficar próximas de seus filhos, mesmo podendo comprar suas cartas de liberdade. Outro efeito da Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, foi o abandono de bebês negros, que representavam um dispêndio para os senhores de escravos, já que suas mães poderiam ser alugadas como amas de leite por um valor mais elevado quando separada de seus filhos, como mostra Telles (2018). Mesmo depois de 1888, a disputa pelo controle dos “ingênuos” era empenhada por ex-proprietários de escravos através de falsos contratos de trabalho e vínculos de tutela (Ariza, 2018). Essas e outras demoras e impossibilidades na aplicação das leis abolicionistas criou uma sobrevida ao regime de escravidão.

do censo de 1872, organizando todas as demais variáveis¹⁵. O “quadro geral da população livre” e o “quadro geral da população escrava”, cada qual ocupando uma página distinta, abrem o documento censitário reiterando no papel uma geografia das desigualdades. Nos quadros estatísticos, se perde mais uma vez a possibilidade de autodeterminação. Biografias são aglutinadas sem exceção na coluna “católicos”, ou diluídas entre brasileiros e estrangeiros, sem que seja preciso falar do evento original das viagens do Atlântico. Para Hartman (2020), a violência irreparável do tráfico é aquela das histórias que não podemos conhecer porque se inscrevem nos documentos apenas através de narrativas de enclausuramento e de perdas. As formas de classificação nos documentos produzem uma oclusão de outras narrativas possíveis, confinando as pessoas à maneira com que elas aparecem para nós através dos arquivos da escravidão. Essa capacidade de nomear cativos e livres, e de tornar essa nomeação um princípio de divisão que organiza a distribuição de acessos e direitos, constitui o monopólio simbólico que caracteriza o Estado para Bourdieu (2012). Assim, essas categorias censitárias não operariam apenas como classificações, mas criariam também identidades de Estado.

A centralidade da categoria “condição”, que não constava nas listas de família distribuídas e preenchidas nas províncias se não como um enxerto, mas que se tornou a categoria organizadora do censo, foi vista por Bissigo (2014) como um efeito do olhar indisciplinado do recenseador, em oposição às tentativas de disciplinar essas coletas através de normas e regulamentos. Esse olhar indisciplinado se materializou nas correções feitas pelos recenseadores de informações obtidas através da oralidade e do preenchimento dos boletins, de modo a inserir dados considerados importantes sobre os membros da família, como é o caso da sua condição de livre, liberto ou escravo. Ao fazer essas correções, os recenseadores estariam também cumprindo sua função legal, que determinava a verificação da lista ou do boletim “a fim de serem corrigidos os erros e inexatidões” (Senado, 1877, p. 19-20, apud Bissigo, 2014, p. 9).

Apesar da distinção entre livres e escravos, operacionalizada no Censo, a organização binária das posições e hierarquias sociais pode ser diluída em muitos matizes não-contempladas pelas categorias censitárias, como as diversas formas de trabalho compulsório não contabilizadas. Esse foi o caso da lei de locação de serviços, que só foi promulgada em 1879, tornando legal a prática de locação do trabalho de libertos para serviços agrícolas e pecuários (Cord; Souza, 2018); a criação do africano livre, o negro “resgatado” dos navios ilegais, mas obrigado a formas de trabalho compulsório em instituições públicas, religiosas e em serviços privados, como mostra Mamigonian (2018); as crianças filhas de mulheres escravizadas “criadas a jornal” e que prestavam serviços domésticos nas casas dos senhores (Telles, 2018), entre muitas categorias sem estatuto jurídico que não aparecem no censo. Essas pessoas que, embora tivessem liberdade

15 Para uma elaboração da subordinação da raça à categoria de condição, ver Loveman (2009).

formal, não eram livres de fato, tiveram suas condições apagadas na produção de uma realidade binária pelas categorias de 1872.

Bissigo (2014) ressalta, ainda, que a falta de organização das inscrições e de informações nos boletins de coleta fez com que a cidadania de diversas pessoas negras precisasse ser inferida a partir de informações extras ou de graus de parentesco com outros membros livres e libertos da família, em um momento posterior de sistematização dos dados. Esse tipo de análise das listas de família e boletins, que somavam cinco milhões para a primeira e 25 mil para a segunda, distribuídos em todas as paróquias do Império, nos mostra como o trabalho de sistematização dessas informações, depois de já averiguadas pelos recenseadores e encaminhadas à comissão censitária, passou também por uma leitura e organização dos dados que produziu seus efeitos sobre os números divulgados.

Assim, mesmo em vista dos esforços de desvinculação dos números das práticas de agentes humanos (Porter, 1995), foram o olhar organizador do recenseador e o olhar aglutinador dos membros da comissão que promoveram o deslocamento da categoria de “condição” das margens dos boletins ao centro do censo¹⁶. Apesar da visibilidade que o deslocamento da categoria “condição” confere à população escravizada do Império, a organização do recenseamento de 1872 foi arquitetada de modo que o regime de escravidão se tornasse invisível aos dados, a despeito da sua centralidade nas dinâmicas sociais. Como descreve Loveman, “como em um passe de mágica (a magia da ciência), a vergonhosa história da escravidão é apagada da memória institucional” (2009, p. 448). Assim, de uma percebida lacuna nos boletins censitários pelos próprios agentes recenseadores emerge a categoria organizadora do censo. Os parênteses, notas de canto de página e todo tipo de inserção extra às categorias censitárias nos mostram o lugar marginal que a escravidão ocupou no censo de 1872. Como argumentam Ferreira e Lowenkron (2020), esses improvisos dentro dos documentos sugerem alterações e subversões das categorias pré-estabelecidas nas fichas burocráticas, revelando ambiguidades e negociações.

16 Em seu trabalho sobre erros censitários relacionados às falhas no registro de filhos em diversos países, El-Badry (1961) investiga como maneiras de inscrever uma resposta como “nenhum filho” — zero, traço ou em branco —, acabou por inflar certas categorias censitárias, alterando as médias de nascimento por país, índices de fertilidade e esterilidade e estudos comparativos por idade e grupo educacional. Esses erros de registro se somam, ainda, a erros considerados de oralidade, como não mencionar filhos falecidos, não-residentes ou filhos de casamentos anteriores, produzindo números de nascimento equivocados em vários censos nacionais. Apesar de se tratarem de censos do século XX, realizados já com máquinas de tabulação que fazem a verificação e a organização dos dados, esses apontamentos reiteram o lugar do trabalho humano na produção numérica e os diversos equívocos na comunicação e nos registros.

MODERAÇÃO COMO CONDUTA DO SUJEITO DO CONHECIMENTO

As incertezas também acompanharam a produção dos primeiros dados censitários no Brasil do século XIX. Esse é o caso de Daniel Müller a respeito da confiabilidade das estatísticas, que abre esse artigo, assim como a de diversos outros documentos nos quais é reiterada a incompletude dos dados coletados. Na introdução à sinopse do censo de 1890, Francisco Mendes da Rocha, diretor-geral da DGE à época, adverte ao leitor:

Ao apresentar hoje a synopse do recenseamento de 1890, não aconselho aos que de seus algarismos se forem servir, que o façam senão com todo critério, não devendo considerar a segunda operação censitária da Republica, mais que um segundo ensaio de recenseamento e quiçá em condições inferiores ao primeiro (Diretoria Geral de Estatística, 1890, p. I).

Suas considerações ressoam a introdução de Müller, chamando atenção para as condições precárias nas quais os dados haviam sido coletados e sistematizados. Embora sua postura tenha relação direta com um período de grande redução orçamentária e de quadro pessoal na Diretoria Geral de Estatística, as incertezas sobre os resultados dos processos censitários se repetem nas tentativas seguintes. A introdução de João Sabino Damasceno à sinopse do censo de 1900 chama atenção às diversas estimativas acionadas para dar conta de “preencher as lacunas” (Brasil, 1905, p. 1) nos dados. Não à toa, o censo desse ano foi cancelado em vista da inexatidão com que a população do Rio de Janeiro havia sido retratada, se procedendo a novos inquéritos em âmbito municipal até que o censo de 1920 fosse realizado.

De 1872 a 1920, pelo menos, quando as máquinas de tabulação são introduzidas ao processo de organização dos dados, sobretudo sob o argumento de que era preciso ganhar precisão e eficiência na contagem populacional, as incertezas acompanharam a produção dos compilados estatísticos. Camargo (2015) chama atenção para as concepções arcaicas e práticas discordantes das estatísticas brasileiras em relação ao convencionado internacionalismo estatístico. Para o autor, essas dissonâncias reafirmam o lugar simbólico das estatísticas, que estariam mais orientadas a divulgar a adesão do Brasil ao progresso, e o país como um destino para imigrantes, do que servir como guia para as decisões governamentais.

É importante notar também como, apesar das especificidades do Brasil como país de herança colonial e seus efeitos para o antiquado uso das estatísticas, a desconfiança e a hesitação eram atitudes esperadas do sujeito do conhecimento oitocentista que se evidenciam, por exemplo, na moderação e na ponderação como valores centrais para uma boa prática científica. Essa hesitação, que aparece no ecletismo iluminista-católico das universidades portuguesas,

trazido ao Brasil por uma elite de bacharéis que ocupará aqui cargos políticos (Carvalho, 2008), é um elemento importante para pensar como se constituiu o sujeito racional, cauteloso e capaz de fazer ponderações, uma antítese do também produzido desmedido e fanático homem do campo, dos perigosos indígenas ou do violento ex-escravo, suas alteridades radicais. Essas alteridades aparecem com força, por exemplo, nas elaborações das elites imperiais em torno dos levantes populares contra o registro civil e o censo de 1852, que figuraram como uma expressão da incapacidade da população pobre do Império em compreender a lógica e a finalidade dos registros do Estado.

O distanciamento científico das universidades portuguesas, das quais vieram os bacharéis brasileiros, dos demais países europeus foi tema de diversos debates que figuraram as academias lusas como atrasadas e isoladas em relação à modernidade europeia (Domingues, 1994; Lourenço, 1994). No paradigmático discurso de Antero de Quental, em 1871, ele diz: “à influência do espírito católico, no seu pesado dogmatismo, deve ser atribuída esta indiferença universal pela filosofia, pela ciência (...) Fomos os Portugueses intolerantes e fanáticos dos séculos XVI, XVII e XVIII: somos agora os Portugueses indiferentes do século XIX” (Quental, 2005, p. 30-32). Carvalho (2007) sugere que essa leitura do Iluminismo como um movimento monolítico e coeso acabou por esconder as tensões internas que fizeram com que os princípios das luzes se materializassem de maneiras distintas, sobretudo quando trazidos ao Brasil por uma elite de bacharéis. No caso da Universidade de Coimbra, e de Portugal de forma mais ampla, o Iluminismo científico teria sido hibridizado com tradições eclesiásticas, constituindo o que se convencionou chamar de “Iluminismo católico”, “ecletismo” ou “ilustração de compromisso” (Carvalho, 2007, p. 19). Esse hibridismo pode ser visto na incorporação de certas condutas em relação ao conhecimento, mas também em diversas outras interações entre as ciências e o catolicismo em Portugal e no Brasil.

A moderação é constantemente tornada visível nas estimativas incertas, na reafirmação da incompletude dos dados, nas introduções aos relatos de viagem, nas quais o escritor pondera a respeito das limitações do seu trabalho e da parcialidade das informações reunidas. É a incerteza sobre os resultados alcançados que engendra novas tentativas, colocando, de alguma forma, a roda da produção de dados para girar. Esse é um procedimento que se repete nos documentos do período, sejam eles cartas, relatos ou transcrições de debates no Senado Imperial, e o que ele sugere é que, apesar de estarmos falando de um momento em que a ciência moderna se consolidava no mundo sob a égide da precisão e da comprovação, foram das imprecisões, das hesitações e das ambiguidades que se fizeram os dados. Não do método positivo da comprovação dos fatos, mas da produção dos fatos através da argumentação correta, da citação e do consenso sobre os números mais persuasivos e não necessariamente os números mais precisos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PARCIALIDADE PARA ALÉM DAS FALTAS

A noção de estatísticas parciais que elaborei encontra inspiração em debates que procuraram estender o sentido do conceito de parcialidade em outras áreas do conhecimento. Para Haraway (1995), por exemplo, a parcialidade é uma condição incontornável da produção de conhecimentos situados. Ao falar a partir de um lugar e de um corpo, o conhecimento produzido é condicionado por uma visão parcial e localizada dos fenômenos. A parcialidade, portanto, se opõe à objetividade transcendente, uma doutrina que apaga os rastros das suas mediações (Haraway, 1995, p. 16). Ela também tem relação íntima com a responsabilidade do que “aprendemos a ver” (Haraway, 1995, p. 21). Assim, é uma tecnologia de visão, a partir da qual se reconhece e acolhe as oclusões como um lugar de conexões entre diferentes perspectivas localizadas. No entanto, algumas práticas científicas que prometem uma visibilidade total dos fenômenos, como o foram os dados censitários e o sonho imperial de incluir nas contagens públicas toda a população, acabam por mobilizar a condição parcial incontornável dos conhecimentos produzidos como uma oportunidade para expandir suas operações. Nesses casos, quando a parcialidade é associada à inexatidão ou à imprecisão dos dados, a impressão que fica é a de que a produção de dados mais exatos e mais precisos resolverá o problema. Em contrapartida, a autora sugere que “todos os olhos, incluídos os nossos olhos orgânicos, são sistemas de percepção ativos, construindo traduções e modos específicos de ver, isto é, modos de vida” (Haraway, 1995, p. 22). Esse trabalho é um esforço em narrar esses mundos parciais fabricados pelos olhos imperiais, para usar a imagem de Pratt (1999), que se estendem sobre o território e a população através das instituições de recolha e sistematização de dados.

Assim como aquilo que é visto é um efeito dos modos de ver, também a visão tem suas zonas de invisibilidade. Haraway diz que a totalização e a visão única dependem “de um sistemático estreitamento e obscurecimento” (Haraway, 1995, p. 23). Esses estreitamentos e obscurecimentos aparecem sob a forma de uma produção de lacunas, ambiguidades e incertezas que tornam, de um lado, as estatísticas cada vez mais necessárias, de modo a povoar um imaginado território vazio dos dados, e, de outro, que engendram zonas de invisibilidade intencionais, propagando narrativas parciais ao aglutinar informações em dados.

Em sua análise dos levantamentos contra o registro civil e o censo de 1852, Loveman (2007) cunha o termo “*blinded state*”, em uma alusão ao trabalho de James Scott (1998) sobre os mecanismos de produção de uma visão sinóptica para o Estado. Em oposição ao Estado que tudo vê, Loveman sugere um Estado cego, não apenas pela falta de esquemas de legibilidade consolidados para que se pudesse conhecer sua população, mas por uma crença cega na sua

legitimidade em conduzir a “modernização”. A contribuição que essa pesquisa pretende deixar para esse debate é a de que as cegueiras do Estado imperial não são apenas o efeito de uma falta, seja de esquemas de legibilidade, como os dados populacionais, seja de percepção da sua incapacidade de conduzir processos de modernização. As cegueiras, ou as zonas de oclusão como preferi chamar em alguns momentos, são produzidas ativamente de modo a tornar esse Estado cego para algumas questões e não para outras, constituindo, portanto, um Estado também parcialmente cego. Essa cegueira é atualizada não apenas por meio de novas ferramentas de legibilidade, mas por ilegibilidades seletivas que vão ganhando, com a incorporação das máquinas de tabulação e de novas metodologias estatísticas, também novos contornos.

Assim, apesar da promessa de que as estatísticas seriam um meio para conhecer o Brasil, como sugere o Marquês de São João da Palma na sessão de abertura do Senado do Império de 1826 (Senado, 1877, p. 45), introduções a compilados, como a de Daniel Muller, indicam que “não convém depositar-se inteira confiança nos dados estatísticos” (1836, s.p.). Sua ampla circulação nas casas legislativas, no conselho de Estado e entre funcionários provinciais nos mostra como os dados censitários produziram efeitos pedagógicos e políticos não apesar das suas lacunas, mas justamente por meio delas e do que elas tornavam visível ou obliteravam.

Essas formas de parcialidade emergem ora como mecanismo para reafirmar que é preciso produzir cada vez mais dados, ora como recurso para duvidar da veracidade das informações expostas por alguém. Esse debate sobre o uso “correto” dos dados nos mostra como os números se tornaram um importante recurso de autoridade e legitimidade. Ao pensar no papel retórico das estatísticas, Lawson e Lovatt (2021) falam sobre a importância de analisar a maneira com que dados são comunicados e não apenas produzidos, conferindo credibilidade e confiabilidade a certos discursos e obliterando, muitas vezes, as maneiras seletivas e estratégias com que os números são lançados nas discussões políticas. Assim, ao mesmo tempo em que a retórica estatística projeta certas narrativas, ela cria também um tipo de locutor confiável. Como sugere Aviles (2016), a retórica realista dos números enseja uma autorrepresentação de que os responsáveis por analisar e comunicar os dados são apenas especialistas desinteressados. Mas, para além do debate sobre o uso de dados como um recurso discursivo, é importante também olhar para a maneira com que dados são produzidos por meio de cadeias de relações que conectam recursos financeiros (e cortes orçamentários), infraestruturas técnicas, modelos estatísticos, trabalho humano. Essas interdependências são muitas vezes obscurecidas na divulgação de dados sob a forma de resultados e nunca como processos de constituição.

Apesar de seu lugar marginal nos debates a respeito da produção de dados, a incorporação dos erros, das incertezas, das imprecisões e inexatidões a modelos estatísticos são parte fundante da história dos números públicos, como mostram Desrosières (1998) e Porter (1986; Porter, 1995). Zaloom (2003) chama de “números firmes” esses objetos projetados para serem estáveis em

oposição aos “números fluidos” que encontra em operações financeiras contemporâneas. Esses “números firmes”, para a autora, operariam a partir da autoridade, da impessoalidade, da certeza e da universalidade na constituição de fatos não-interpretativos (Poovey, 1998), mas produzidos como objetivos. Porter (1985, p. 57) argumenta que os censos foram mesmo entendidos pelos estatísticos do século XIX como um instrumento de produção de fatos e não de probabilidades, tendo sido enquadrados como oposto às amostras probabilísticas (os contemporâneos *surveys*) pela sua capacidade de produzir uma “completa e confiável enumeração”. No entanto, apesar dos efeitos de objetividade dos números, sobretudo quando há uma ampla coleta de dados, como os censos, essas estatísticas parecem ser ainda produzidas em meio a equívocos de comunicação e registro, hesitações, interpretações e classificações ambíguas e aglutinações que inflam categorias e esvaziam outras, conformando fenômenos muitas vezes ilegíveis para o Estado ou legíveis justamente a partir daquilo que as estatísticas não mostram. Como argumenta Lampland (2010), os estudos sobre práticas de racionalização e formalização precisam levar em consideração os usos eficazes que se faz de números muitas vezes não verídicos. Apesar da ideia corrente de que dados produzem legibilidade, ou seja, de que as estatísticas atuam como uma forma de visualização sistemática do mundo e da população, diversos trabalhos têm apontado para as ilegibilidades e visibilidades seletivas como um caminho produtivo para pensar a gestão dos números públicos.

REFERÊNCIAS

1. ANDERSON, Benedict. Censo, mapa, museu. *In*: ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia da Letras, 2008. p. 226-256.
2. APPADURAI, Arjun. Number in the Colonial Imagination. *In*: APPADURAI, Arjun (org.). **Modernity at Large: cultural dimensions of globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996. p. 114-139.
3. ARIZA, Marília. Crianças/ventre livre. *In*: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
4. AVILES, Luis. The art of public policy statisticians: the case of the Puerto Rico pension reform report. **Caribbean Studies**, San Juan, v. 44, p. 47-68, 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44364462>. Acesso em: 24 fev. 2025.
5. BEIER, José Rogerio. **Artefatos de poder: Daniel Pedro Müller, a Assembleia Legislativa e a construção territorial da província de São Paulo (1835-1849)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História

- Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
6. BEMERGUY, Telma. (Novas) fronteiras e ideários coloniais de longa duração: uma análise a partir da disputa pela reconfiguração territorial da Amazônia brasileira. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, n. 46, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41932>. Acesso em: 24 fev. 2025.
 7. BESSON, Jean-Louis. **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Editora UNESP, 1995.
 8. BISSIGO, Diego. **A “eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos”**: a estatística no Brasil imperial e a produção do recenseamento de 1872. 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014a.
 9. BISSIGO, Diego. Das listas de família ao recenseamento do Império: a produção da “legibilidade” da população no censo de 1872. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL NO SÉCULO XIX, 1., 2014b, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2014b.
 10. BODIN, Jean. **Les Six Livres de la République**. 1576, vol. 6.
 11. BOTELHO, Tarcísio. **População e nação no Brasil do século XIX**. 1998. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
 12. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
 13. BRASIL. **Anais do Império**: Livro V. 1850. Rio de Janeiro: [s. n.], 1850/[20--?]. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/ip_anaisimperio.asp. Acesso em: 18 fev. 2025.
 14. BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Typ Officina da Estatística, 1890.
 15. BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1905.
 16. CAMARGO, Alexandre de Paiva. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 22, n. 3, p. 414-428, 2018. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2018.223.07>. Acesso em: 24 fev. 2025.
 17. CAMARGO, Alexandre de Paiva. Dimensões da nação: uma análise do discurso estatístico da Diretoria Geral de Estatística (1872-1930). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 87, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/QSQ3tFL3NDNBBWqJCTHBzDk/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2025.
 18. CAMARGO, Alexandre de Paiva. Sociologia das estatísticas: possibilidades de um novo

- campo de investigação. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 903-925, 2009.
19. CARVALHO, Flavio Rey. **Um iluminismo português?** A reforma da Universidade de Coimbra de 1772. 2007. Dissertação (Mestrado em História) –Programa de Pós-graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
 20. CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem:** a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
 21. CORD, Marcelo Mac; SOUZA, Robério. Trabalhadores livres e escravos. *In:* SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade:** 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
 22. CRUZ, Thais Gonçalves. Pode o favelado produzir dados científicos? *In:* ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 46., Rio de Janeiro, 2022. **Anais [...]**.Rio de Janeiro, 2022.
 23. DAS, Veena. **Life and words.** Berkeley: University of California Press, 2007.
 24. DAY, Sophie; LURY, Celia. Number ecologies: numbers and numbering practices. **Distinktion - Journal of Social Theory**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 123-154, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1600910X.2014.923011>. Acesso em: 24 fev. 2025.
 25. DESROSIÈRES, Alain. **The politics of large numbers:** a history of statistical reasoning. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
 26. DINIZ, Leandro. Contar é preciso: as resistências ao recenseamento na Paraíba oitocentista. **Encontro Estadual de História – ANPUH-PB**, João Pessoa, v. 17, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.ufpb.br/evento/index.php/xviieeh/xviieeh/paper/view/3281/2708>. Acesso em: 10 jul 2024.
 27. DOMINGUES, Francisco Contente. **Ilustração e Catolicismo:** Teodoro de Almeida. Lisboa: Colibri, 1994.
 28. EL-BADRY, Mahmoud. Failure of Enumerators to Make Entries of Zero: Errors in Recording Childless Cases in Population Censuses. **Journal of the American Statistical Association**, [s. l.], v. 56, n. 296, p. 909-924, 1961.
 29. FERREIRA, Leticia; LOWENKRON, Laura. Perspectivas antropológicas sobre documentos: diálogos etnográficos na trilha dos papéis policiais. *In:* FERREIRA, Leticia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos:** pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-paper, 2020. p. 17-52.
 30. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008.
 31. FREIRE, Lucas; CASTRO, Rosana. Apresentação do dossiê: “Entre ‘precariedades’, ‘crises’ e o ‘colapso’: perspectivas antropológicas sobre o ‘desmonte’ do SUS”. **Anuário**

- Antropológico**, [s. l.], v. 47, n. 2, 2022. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/9695>. Acesso em: 15 jul. 2025.
32. GUPTA, Akhil. **Red Tape: Bureaucracy, Structural Violence, and Poverty in India**. Londres: Duke University Press Books, 2012.
 33. HACKING, Ian. **The taming of chance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
 34. HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 5, p. 7-41, 1995.
 35. HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. **Revista ECO-Pós**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 12-33, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 15 jul. 2025.
 36. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1874.
 37. JERVEN, Morten. **Poor numbers: how we are misled by African development statistics and what to do about it**. Ithaca: Cornell University Press, 2013.
 38. KULA, Witold. **Measures and men**. Princeton: Princeton Legacy Library, 1990.
 39. LAMPLAND, Martha. False numbers as formalizing practices. **Social Studies of Science**, [s. l.], v. 40, n. 3, p. 377-404, 2010. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0306312709359963?icid=int.sj-abstract.citing-articles.48>. Acesso em: 24 fev. 2025.
 40. LAWSON, Brendan; LOVATT, Matthew. Towards a rhetorical understanding of statistics in politics: Quantifying the National Health Service ‘Winter Crisis’. **European Journal of Communication**, [s. l.], v. 36, n. 2, p. 110-124, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0267323120966842>. Acesso em: 24 fev. 2025.
 41. LOURENÇO, Eduardo. **Nós e a Europa: ou as duas razões**. 4. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.
 42. LOVEMAN, Mara. Blinded Like a State: the Revolt against Civil Registration in Nineteenth-Century Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, [s. l.], v. 49, n. 1, 2007.
 43. LOVEMAN, Mara. Race to progress: census taking and nation making in Brazil (1870–1920). **Hispanic American Historical Review**, [s. l.], v. 89, n. 3, 2009.
 44. MARTIN, Olivier. Da estatística política à sociologia estatística: desenvolvimento e transformações da análise estatística da sociedade (séculos XVII-XIX). **Revista Brasileira de História**, [s. l.], v. 21, n. 41, p. 13-34, 2001.
 45. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos livres. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo:

Companhia das Letras, 2018.

46. MORAES, Barbara. Os levantes contra os registros de 1852. **Temas do Brasil Oitocentista**, Arquivo Nacional, 31 de março de 2025. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/sites-tematicos-1/brasil-oitocentista/temas-oitocentistas/os-levantes-contra-os-registros-de-1852. Acesso em: 14 jul. 2025.
47. MORAES, Barbara. **Estatísticas parciais: a produção de dados censitários no Brasil Imperial**. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
48. MOTTA, Eugênia. Resistência aos números: a favela como realidade (in)quantificável. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 2019a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/PB6w3JDbcgDR8cYLbPXwLmP/>. Acesso em: 24 fev. 2025.
49. MOTTA, Eugênia. Quantifier les favelas : normalité et subnormalité dans le recensement national brésilien. **Statistique et Société**, Paris, v. 7, p. 9-15, 2019b. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/staso_2269-0271_2019_num_7_1_1090. Acesso em: 24 fev. 2025.
50. MULLER, Daniel. **Ensaio d'un quadro estatístico da província de São Paulo**. São Paulo: Typographia de Costa Silveira, 1838.
51. OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Mensurando alteridades, estabelecendo direitos: práticas e saberes governamentais na criação de fronteiras étnicas. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/tRJwGn7RT4j9Njhmwcv6RwG/?lang=pt>. Acesso em: 24 fev. 2025.
52. POOVEY, Mary. **A History of the Modern Fact: Problems of Knowledge in the Sciences of Wealth and Society**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
53. PORTER, Theodore. **Trust in numbers: the Pursuit of Objectivity in Science and Public Life**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
54. PORTER, Theodore. **The Rise of Statistical Thinking: 1820-1900**. New Jersey: Princeton University Press, 1986.
55. PORTER, Theodore. The Mathematics of Society: Variation and Error in Quetelet's Statistics. **The British Journal for the History of Science**, London, v. 18, n. 1, 1985.
56. PRATT, Marie Louise. **Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação**. São Paulo: Edusc, 1999.
57. QUENTAL, Antero de. **Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos**. Lisboa: Editorial Nova Ática, 2005.
58. SAAVEDRA, Renata. **População, recenseamento e conflito no Brasil Imperial: o caso da Guerra dos Marimbondos**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de

- Pós-graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
59. SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. Aritmética Política e a Administração do Estado Português na Segunda Metade do Século XVIII. *In: JORNADA SETECENTISTA*, 7., 2007, Curitiba. **Jornada** [...]. Curitiba, 2007.
 60. SENADO DO IMPÉRIO. **Anais do Senado do Império do Brazil - Anno de 1826**. Tomo 1, Ro de Janeiro, 1877.
 61. SCHEPER-HUGES, Nancy. Demography without Numbers. *In: KERTZER, Dadvid; FRICKE, Tom (ed.). **Anthropological Demography: Towards a New Synthesis***. Chicago: University of Chicago Press, 1997. p. 201-222.
 62. SCOTT, James. **Seeing like a State: how certain schemes to improve the human condition have failed**. New Haven: Yale University Press, 1998.
 63. SENRA, Nelson. **História das estatísticas brasileiras**. v. 1. Estatísticas desejadas (1822-1889). Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
 64. STARR, Paul; ALONSO, William. **The politics of number**. New York: Sage, 1987.
 65. TELLES, Lorena Féres da Silva. Amas de leite. *In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flavio (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos***. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
 66. THÉVENOT, Laurent. Cifras que falam: medida estatística e juízo comum. *In: BESSON, Jean-Louis (org.). **A ilusão das estatísticas***. São Paulo: Editora Unesp, 1995. p. 149-161.
 67. ZALOOM, Caitlin. Ambiguous numbers: Trading technologies and interpretation in financial markets. **American Ethnologist**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 258-272, 2003.

Barbara Moraes

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3237-0271>.
E-mail: brbgmoraes@gmail.com